

Tendências/Debates

ANC 88

Pasta Jan/Maio 86

105

Os artigos publicados com assinatura não traduzem necessariamente a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

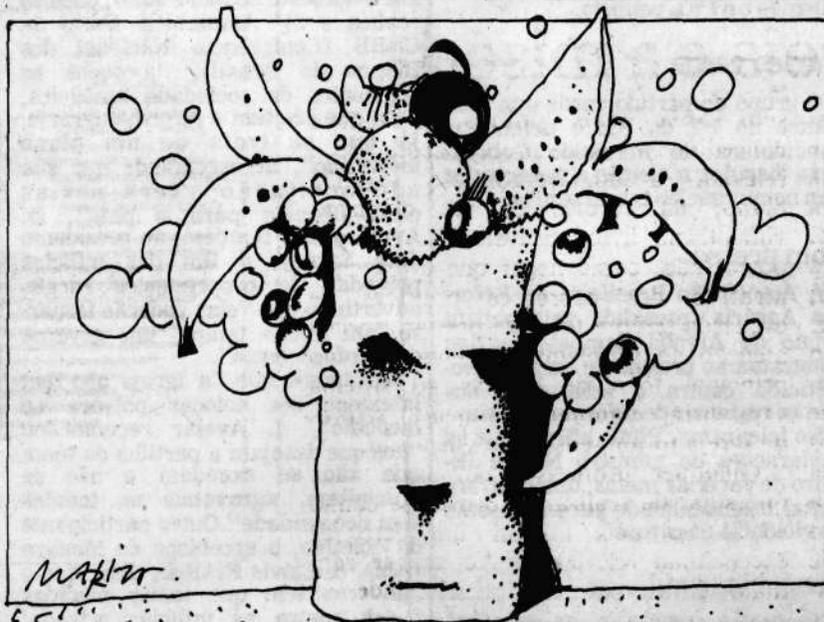
Assemb. Constituinte, constituintes

FRANCISCO C. WEFFORT

A reforma financeira mudou os rumos da conjuntura política. Gostemos ou não, os dados da nova situação estão aí, à vista de todos. E o primeiro dado a confirmar a mudança do quadro político é a súbita transformação, e fonte de iniciativa política, de um governo que se achava, antes do pacote, em total descrédito, praticamente moribundo. Já disse alguém, com razão, que se o pacote não resolveu a situação econômica do país, resolveu, pelo menos, a situação política do governo. Mudam, pois, os rumos políticos do país. A pergunta é: mudam para onde?

O presidente José Sarney —ou alguém por ele— teria dito que a reforma financeira seria a Constituinte econômica do país. É evidente o exagero. Além do mais, cabe dúvida sobre o acerto da expressão "Constituinte econômica", já que uma Constituinte —ou seja, uma Assembléia que tem por função redigir a Constituição de um país— tem que ser tanto econômica quanto política, social, cultural etc. Uma Constituinte democrática —como esperamos que venha a ser a nossa— é a oportunidade de passar todo o país a limpo, não apenas a economia. Mesmo quando nos limitamos à economia, é evidente que falar da reforma financeira como "Constituinte econômica" comporta o excesso evidente de resumir todos os problemas econômicos do país ao problema da inflação. Se o pacote financeiro foi uma "Constituinte econômica" quantas "Constituintes econômicas" deveremos ainda ter para enfrentar o problema da miséria absoluta, da reforma agrária, da dívida externa, da distribuição de renda etc.?

No seu evidente exagero, a frase de Sarney contém, porém, um grão de verdade. O Brasil convive há tanto tempo com uma inflação de difícil controle (esse drama vem de inícios dos anos 50, pelo menos) que o processo inflacionário acabou por se tornar uma "segunda natureza" do processo econômico. Evidente anormalidade da economia, durou, porém, tanto que acabou por ser vista, por muitos, como um fenômeno "normal" com o qual haveria que conviver a qualquer preço. Não por acaso, a luta contra a alta do custo de



vida foi-se convertendo, ao longo do tempo, em uma tradição dos movimentos populares (quase tanto quanto as lutas por aumentos de salários). Não por acaso o congelamento dos preços (ou, pelo menos, o controle dos preços) tem estado na agenda dos movimentos de trabalhadores desde a histórica campanha da "panela vazia", de 1953. E também não terá sido por mero acaso que todas as correntes políticas ligadas ao movimento operário apoiaram as medidas de tabelamento de preços, mesmo quando —como é o caso do meu partido, o PT— ficaram contra o pacote pelas medidas de contenção salarial que envolve.

De certo modo, a inflação fazia parte (esperemos que o verbo no passado esteja no tempo correto) da "Constituinte econômica" do país tanto quanto as leis criadas durante a ditadura —ou antes dela, como as leis sindicais, por exemplo— fazem parte do que se poderia chamar de "Constituinte política e social" do país. Do mesmo modo que se fala de "entulho autoritário" para se referir ao amontoado de regras institucionais que impedem o avanço democrático do país, pode-se falar também de um

"entulho econômico" —ou seja, de um amontoado de graves problemas econômicos, de caráter urgente e imediato—, cuja remoção é indispensável se este país está, como desejamos, preparado para um dia chegar a uma verdadeira democracia. Neste sentido, a reforma financeira, assim como muitas outras que o país exige sejam realizadas, podem ser consideradas parte de um "processo constituinte" que apenas acaba de se iniciar.

A conjuntura mudou e volta-se a falar, nas áreas governamentais, de assuntos que haviam sido praticamente esquecidos desde a doença de Tancredo Neves. Volta-se a falar de um novo tratamento da dívida externa, de uma retomada do tema da reforma agrária, de um novo plano (preparado por Hélio Jaguaribe) para enfrentar o problema da fome e da miséria absoluta. Com a pouca informação de que se dispõe, não dá para saber até onde o governo pretende caminhar. Parece claro, porém, que mesmo que o governo não esteja disposto a nenhum passo novo, o caminho das mudanças está reaberto para o conjunto das forças políticas do país. Com as eleições

para a Constituinte à vista, a linguagem das mudanças se tornará obrigatória mesmo para as forças políticas que até ontem se acomodavam (muitos ainda se acomodam) à sombra do poder. E será em cima das grandes questões nacionais —algumas das quais mencionamos acima— que se há de definir, na Constituinte que se aproxima, o caráter e o perfil dos partidos políticos brasileiros.

É hora de avançar propostas para o debate democrático nacional. O PT tem muito estudo e muita reflexão acumulada que necessitam chegar ao conhecimento dos trabalhadores em geral e das demais forças políticas. Exemplo brilhante, para o qual chamo a atenção do leitor, é o anteprojeto de Constituição elaborado pelo jurista Fábio Konder Comparato, a pedido da direção do PT, para o debate com as bases do partido e com as demais forças políticas, que acaba de ser publicado pela Editora Brasiliense sob o título "Muda Brasil! Uma Constituição para o Desenvolvimento Democrático". No mesmo espírito o PT vem acumulando, de há mais tempo, estudos e pesquisas sobre os mais diversos temas referentes às mudanças, alguns deles já reunidos em volumes publicados pela Fundação Wilson Pinheiro. São estudos e reflexões que, junto ao anteprojeto de Fábio Comparato, servirão para definir os conteúdos da campanha do partido para as eleições que se aproximam, em especial a da Constituinte. Embora ninguém possa adivinhar até onde o governo federal poderá (ou desejará) chegar, as reações populares à reforma financeira serviram para reafirmar que o povo brasileiro caminha para as mudanças econômicas, sociais e políticas, aliás, de há muito amadurecidas na consciência popular. Quem tem o que propor (e o PT tem muito a propor) será ouvido e crescerá. Quem não tem (ou quem desacreditar do caminho das mudanças) ficará para trás, sem outra alternativa que a de amargar a sua própria perplexidade.

FRANCISCO CORRÉA WEFFORT, 47, é secretário-geral nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), professor titular de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos da Cultura Contemporânea (Cedec).